



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1789/2008

Dispõe sobre tempo de atendimento ao público nas agências bancárias estabelecidas no Município de Passa Quatro e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam as agências bancárias estabelecidas no território de Passa Quatro obrigadas a colocarem à disposição dos usuários pessoal suficiente no setor de caixa, a fim de que os serviços sejam prestados no tempo razoável.

Art. 2º Nos termos do **caput** do Art. 1º, é considerado tempo razoável para atendimento:

I – até 20 (vinte) minutos em dias normais;

II – até 30 (trinta) minutos em véspera ou após feriados prolongados, nos dias de pagamentos dos funcionários públicos municipais, estaduais e federais, e dos dias de recolhimento de tributos municipais, estaduais e federais, não podendo ultrapassar este limite de tempo em hipótese alguma.

Art. 3º Os bancos ou suas entidades representativas informarão ao PROCON MUNICIPAL ou órgão similar encarregado de fazer cumprir esta Lei, as datas mencionadas no inciso II.

Art. 4º Para comprovação do tempo de espera pelo usuário, o mesmo receberá “bilhete da senha” de atendimento, onde deverá constar impresso mecanicamente o horário de recebimento da “senha” e manualmente o horário que se efetivar o atendimento ao cliente.

§1º Os estabelecimentos bancários não cobrarão qualquer importância pelo fornecimento obrigatório das senhas de atendimento.

§2º Deverá o estabelecimento bancário fixar em local visível os tópicos principais desta Lei, como: número da Lei, tempo de permanência na fila, órgão fiscalizador com o respectivo número telefônico para denúncias.

Art. 5º O não cumprimento dos termos elencados no Art. 2º caracteriza infração administrativa passível de multa no valor de R\$ 420,00.

Parágrafo único. O valor da multa de que trata este artigo será atualizado, anualmente, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção desse índice, será adotado outro índice criado por legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 6º Os procedimentos administrativos de que trata esta Lei serão aplicados quando da denúncia comprovada pelo usuário da agência bancária ou de entidade da sociedade civil legalmente constituída ao PROCON MUNICIPAL ou ÓRGÃO MUNICIPAL competente similar.

§1º Para a comprovação da denúncia, necessária se fará a apresentação do bilhete de senha com o registro dos horários de recebimento e atendimento.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§2º As instituições bancárias, nos casos em que for extrapolado o tempo de atendimento de que tratam os incisos I e II do Art. 2º, deverão devolver ao consumidor o respectivo bilhete.

Art. 7º Serão igualmente consideradas infrações administrativas nos termos desta Lei:

I – a omissão de informações e a cobrança indevida de taxas, sem notificação antecipada do cliente, nos termos da Resolução nº 2303 de 25 de julho de 1996 e outras normas do Banco Central do Brasil, que disciplina a cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas;

II – a não fixação em lugar visível e com letras legíveis da tabela de produtos e serviços praticados pelo Banco;

III – a não disposição ao usuário idoso, portador de deficiência e à gestante, do serviço de caixa exclusivo, nos termos da Legislação Federal vigente;

IV – o não fornecimento das demais informações determinadas pela Resolução nº 2203 – SISBACEN – Sistema Central de Informações do Banco Central do Brasil.

Art. 8º As agências bancárias terão prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da publicação da presente, para adaptarem-se aos termos desta Lei.

Art. 9º A fiscalização e aplicação das sanções administrativas, bem como a notificação, autuação e o recebimento das reclamações dos consumidores, ficarão sob a responsabilidade do PROCON de Passa Quatro ou ÓRGÃO SIMILAR.

Art. 10. A regulamentação das disposições da presente Lei, em face de se tratar de relação de consumo, fica autorizada à Coordenação Executiva do PROCON de Passa Quatro ou ÓRGÃO ou SIMILAR.

Art. 11. Às infrações previstas na presente Lei serão aplicadas sanções administrativas previstas no artigo 56, inciso I, VII, VIII, IX, X, XI e Parágrafo único, artigo 57 e Parágrafo único e artigo 59 da Lei nº 8078/90 – do Código de Defesa do Consumidor – CDC, e no Decreto Federal nº 2181/97, previstas em seu Art. 12, inciso IX, alínea a, consideradas práticas infrativas e ainda, com referência às práticas e cláusulas abusivas praticadas pelo fornecedor de produto ou serviço.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Passa Quatro, 25 de março de 2008.

Acácio Mendes de Andrade
Prefeito Municipal

Edriane Monteiro Barbosa
Secretária Municipal de Administração